



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



Emendas parlamentares devem existir?

Orçamento é visto como 'mão benfazeja' que escolhe quem deve ser beneficiado

Uma decisão do STF trouxe de volta a discussão sobre emendas parlamentares. Uma pergunta importante é se essas emendas deveriam existir. Devemos melhorar o sistema para ter mais transparência e menos uso político das emendas? Ou seria melhor acabar com isso?

Como bem nota Marcos Mendes em texto na Folha, países desenvolvidos em geral não reservam um significativo pedaço do Orçamento para emendas parlamentares. Deveríamos fazer diferente no Brasil?

O argumento dos parlamentares é que deputados e senadores têm mais informação sobre as necessidades de cada localidade. Esse argumento é ecoado pelo

cientista político Fernando Limongi em entrevista recente à Folha.

Eu não acho que o argumento sobre a vantagem informacional esteja correto, mas acho também que o caso contra as emendas nem depende disso - e não só por motivos ligados à corrupção.

Se a questão fosse só informacional, deputados poderiam indicar destinos para os recursos, e os gestores dos ministérios levariam isso em conta. Emendas têm, porém, execução obrigatória. Então, o argumento precisaria ser que o Legislativo tem informações valiosas que o Executivo não quer ou não consegue considerá-las. Assim, a questão seria que ser não só sobre infor-

mação mas também sobre incentivos para favorecer localidades específicas ou usar recursos como moeda de troca.

Claro, todo deputado tem incentivo para dizer que suas localidades precisam de muitos recursos - mesmo sem considerar a possibilidade de corrupção. Funcionários do ministério não têm motivos fortes para favorecer determinados locais ou gastos.

Além disso, o Ministério da Saúde, com seus 50 mil funcionários, deve ter mais capacidade de comparar as necessidades de cada gasto. Afinal, a questão não é se um município se beneficiaria de mais um posto do SUS - todos se beneficiariam. A questão é sobre qual uso do dinheiro

traz o maior benefício. Para isso, é preciso ter a visão do todo, que um deputado focado em seus retdutos eleitorais não tem.

Contudo, como disse antes, o argumento contra o sistema de emendas é mais forte que isso.

O Estado deve arrecadar impostos para prover bens públicos e distribuir renda. Cabe ao Legislativo e ao Executivo determinar regras sobre quanto dinheiro vai para os estados e municípios e quanto é gasto pela União. Questões informacionais entram aqui para decidir quanto do gasto deve ser descentralizado.

Deve haver mecanismos institucionais para reduzir as disparidades regionais, como o FPM (Fundo de Participação dos Muni-

cípios). Essas regras também devem ser escolhidas pelo Executivo e pelo Legislativo. O governo federal pode destinar dinheiro, por exemplo, para construir cisternas no semiárido, mas a distribuição de recursos não deve favorecer localidades específicas. Distorções vão existir, claro, mas o sistema deveria ser planejado para reduzi-las, não para estimulá-las.

Seguindo as regras, chegamos ao Orçamento de cada município, estado e ministério. Aí, queremos que cada um cuide de seu dinheiro com responsabilidade - como quem vai a um restaurante com uma comanda individual.

A lógica por trás das emendas vê o Orçamento do Estado como uma mão benfazeja que escolhe quem deve ser beneficiado. A conta é dividida entre todos.

Abre tua Conta Digital pelo app e arrasa



- Sem mensalidade
- Sem comprovantes
- Com Cartão de Crédito*

Baixa o app:



banrisul
*Sujeito à análise de crédito.

Quase 3 milhões de gaúchos tinham contas atrasadas em fevereiro, aponta CDL-POA

/ MINUTO VAREJO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

A pergunta que ronda o varejo é: a inadimplência vai subir mais? Fevereiro já dá pistas fortes de tendência. O mês mais curto do ano e com vendas sempre mais baixas registrou novo recorde histórico da taxa no Rio Grande do Sul. A estimativa é de quase 3 milhões de gaúchos estavam com contas atrasadas, aponta a assessoria econômica da CDL Porto Alegre (CDL-POA).

O Índice de Inadimplência da CDL-POA, divulgado nesta quinta-feira, cravou elevação dos atrasados tanto para pessoas físicas quanto para empresas. Nos recortes, tanto para cobertura estadual quanto para a Capital, o indicador reforça o nível elevado dos atrasados, com maior alta no plano estadual para pessoas físicas e claramente um retorno ao pré-enchente de maio de 2024, que tinha apresentado reaquecimento das taxas.

O indicador é alimentado pelo birô da Equifax/Boa Vista. Para pessoas físicas (PF), a taxa chegou

a 33,91% em fevereiro no Estado, frente a 33,2% de janeiro. Mais impactante é olhar o dado de fevereiro de 2022, quando o indicador começou a ser mapeado. O índice era de 28,8%. São cinco pontos percentuais acima da base inicial do cálculo pela CDL-POA.

Agora, mais de três a cada dez residentes estão sem conseguir quitar dívidas na data. Na Capital, o indicador é 34,27% no mês passado, frente a 33,9% do mês anterior, três pontos acima de fevereiro de 2022. São 2,91 milhões de CPFs negativos em todo o território gaúcho, e 368,4 mil em Porto Alegre.

Entre as empresas (pessoas jurídicas) do Estado, houve crescimento pelo quarto mês consecutivo, diz a CDL-POA, chegando a 14,41%. Na Capital, o percentual ficou em 14,68%, com um leve crescimento de 0,18 ponto percentual frente a janeiro. São 210,8 mil CNPJs com débitos no Estado, e 34,4 mil na Capital.

A conjuntura, que combina juros básicos e inflação em alta, é a maior responsável pelo comportamento dos devedores, sinaliza a assessoria econômica da entidade. Também um maior ingresso de no-



Juros altos e inflação pressionam atrasos nos pagamentos por parte de consumidores e empresas

vos devedores turbina o indicador. O economista-chefe da CDL POA, Oscar Frank, avalia, em nota, que nem "mesmo com o mercado de trabalho aquecido, a confiança do consumidor caiu significativamente nos últimos três meses em nível nacional". A Selic passou a 13,25% ao ano e pode chegar a 15%. "Isso também agrava o quadro ao encarecer o crédito", associa Frank.

Sobre empresas inadimplentes, o economista-chefe aponta o fim do programa Desenrola Pequenos Negócios, que foi até dezembro de 2024 e facilitava a renegociação de dívidas, como um dos responsáveis pela elevação. "O ambiente para os negócios segue bastante desafiador. Os custos no atacado subiram mais de 10% no acumulado de 12

meses, há falta de mão de obra qualificada e não qualificada, e as taxas de juros restringem a atividade econômica. Isso cria um cenário em que muitos empreendedores estão em compasso de espera, aguardando uma melhora em termos de previsibilidade visando à tomada de decisão", argumenta o economista da CDL-POA.

PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC